



EXTRATO DA SITUAÇÃO DA PARCERIA

 Prefeitura Municipal de VENDA NOVA DO IMIGRANTE Estado do Espírito Santo	EXTRATO DA PARCERIA
O Presente extrato tem como objetivo concentrar em um único documento as informações obrigatórias que a Administração Pública deverá manter sobre a parceria celebrada em seu sítio oficial na internet, de forma a cumprir o que determina o art. 10 e parágrafo único do art. 11 da Lei Federal nº. 13.019/2014.	
DADOS DA PARCERIA	
Instrumento: Termo de Fomento nº 003/2026	Processo: 717/2026 Protocolo: 2109/2026
Secretaria: Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Artesanato	
OSC: COMPAGNIA VOCALE DELLE MONTAGNE- Coral Santa Cecília	CNPJ: 27.443.811/0001-13
Valor do Repasse: R\$ 25.000,00	Vigência: 01/05/2026 a 31/12/2026
Gestor da parceria: Dominik Dável Guisso	Data da Assinatura: 13/07/2026
Objeto: O presente Termo de Fomento tem por objetivo a cooperação técnica e financeira para custeio de despesas para com a organização, limpeza e digitalização de partituras, além de despesas administrativas e material de papelaria, para bem executar a finalidade estatutária da instituição, em cumprimento da emenda impositiva nº 14.	
ADITIVOS/APOSTILAMENTOS	
Número/Ano	Descrição Resumida
PRESTAÇÃO DE CONTAS – PRAZOS E SITUAÇÃO	
Prazo (dias): 30	Data Prevista: 31/01/2027 Prazo Para Análise: Em até 150 dias
Situação: ☐ Aguardando Prazo ☐ Em Análise ☐ Não Apresentada ☐ Analisada	
Data Apresentação:	Prorrogação (dias): Processo Nº:
Data do Parecer:	Secretário Municipal: Licia Nascimento Caliman
Resultado Conclusivo: ☐ Regular ☐ Regular com Ressalva ☐ Irregular	
Art. 72 da Lei Federal nº. 13.019/2014 - As prestações de contas serão avaliadas: I - <u>regulares</u>, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho; II - <u>regulares com ressalva</u>, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário; III - <u>irregulares</u>, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias: a) omissão no dever de prestar contas; b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho; c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.	
OBSERVAÇÕES	
Sem observações.	
Extrato Atualizado Em: 15/07/2026	